



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RS

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

COMUNIDADE TERAPÊUTICA CAVERNA DE ADULÃO



LOCAL: PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO: 12/12 até 14/12/2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RS

ÍNDICE

1. EQUIPE	3
2. DADOS DO EMPREENDIMENTO	3
3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	4
4. DA AÇÃO FISCAL	4
5. CONCLUSÃO	5
6. ANEXOS	6



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RS

1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Audidores-Fiscais do Trabalho

- [REDACTED] CIF [REDACTED] Coordenadora
- [REDACTED] CIF [REDACTED]
- [REDACTED] CIF [REDACTED]
- [REDACTED] CIF [REDACTED]

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- [REDACTED] Procuradora do Trabalho
- [REDACTED] Ag. de Polícia Institucional

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Policiais Rodoviários Federais

- [REDACTED] Mat. [REDACTED]
- [REDACTED] Mat. [REDACTED]
- [REDACTED] Mat. [REDACTED]
- [REDACTED] Mat. [REDACTED]
- [REDACTED] Mat. [REDACTED]
- [REDACTED] Mat. [REDACTED]
- [REDACTED] Mat. [REDACTED]

2. DADOS DO EMPREENDIMENTO

- **Razão Social:** TIME FOME DE APRENDER
- **CNPJ:** 18.799.929/0001-98
- **CNAE:** 9430-800 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO
- **ENDEREÇO DA PROPRIEDADE INSPECIONADA:** Alameda dos Sargentos,162, Bairro Restinga, Porto Alegre/RS - coordenadas geográficas -30°9´17,142”S e -51°6´28,373”W.
- **Responsável:** [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
- **E-mail:** [REDACTED]
- **Telefone:** [REDACTED]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RS

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	00
Trabalhadores sem registro	00
Trabalhadores registrados durante a ação fiscal - Homens	00
Trabalhadores registrados durante a ação fiscal - Mulheres	00
Resgatados - total	00
Mulheres resgatadas	00
Adolescentes resgatados (menores de 16 anos)	00
Adolescentes resgatados (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros	00
Trabalhadores estrangeiros registrados na ação fiscal	00
Trabalhadores estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores estrangeiros - mulheres resgatadas	00
Trabalhadores estrangeiros - Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros - Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias de seguro desemprego do trabalhador resgatado	00
Valor bruto das rescisões	00
Valor líquido recebido das verbas rescisórias	00
Valor dano moral individual	00
Valor dano moral coletivo	00
FGTS mensal recolhido no curso da ação fiscal	00
Nº de autos de infração lavrados	00
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de Ajustamento de Conduta (MPT e DPU)	00
Termos de interdição lavrados	00
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00

4. DA AÇÃO FISCAL

Na data de 12/12/2023, teve início ação fiscal realizada em conjunto com o Ministério Público do Trabalho e com a Polícia Rodoviária Federal, na qual participaram 04 (quatro) Auditores-Fiscais do Trabalho; 01 (uma) Procuradora do Trabalho, acompanhada por 01 (um) Agentes de Segurança Institucional; e 07 (sete) Agentes da Polícia Rodoviária Federal, no estabelecimento supramencionado.

O objetivo da fiscalização era verificar a existência de atividades laborais por acolhidos da comunidade terapêutica em rede de supermercados (SUPER KAN) e floricultura (Rossato Garden Center), sem remuneração, em troca de alimentação, e que pudesse configurar modalidade de trabalho em condições análogas às de escravo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RS

A inspeção iniciou-se na manhã do dia 12/12/2023. Foram encontrados no local 02 (dois) moradores, Sr. [REDACTED], CPF nº [REDACTED] e Sr. [REDACTED] CPF nº [REDACTED] que informaram à equipe fiscal que, por determinação do Ministério Público, a propriedade não mais funcionava como comunidade terapêutica. Logo em seguida apresentou-se como responsável pela propriedade o pastor [REDACTED].



O pastor [REDACTED] confirmou que há cerca de um mês, por recomendação do Ministério Público, paralisou as atividades e os internos foram desocupando o local. Segundo informou, havia 19 (dezenove) internos; alguns retornaram para as casas de suas famílias, outros para a rua. Exibiu na tela de seu aparelho celular imagem de "Mandado de Notificação- Recomendação", recebido do Ministério Público, referente ao processo nº 01304.001.024/2023-0008.

Em seguida a Procuradora do Trabalho que acompanhava a equipe conseguiu acesso à íntegra do processo, confirmando os fatos.

Verificou-se que as edificações estavam vazias e sem indícios da manutenção de internos no local.

5. CONCLUSÃO

Pela paralisação das atividades da comunidade terapêutica e inexistência de internos no local que pudessem estar desempenhando atividades laborais nos estabelecimentos mencionados, prejudicada restou a avaliação da existência de práticas que pudessem caracterizar o trabalho em condições análogas às de escravo.

Porto Alegre, 14 de novembro de 2023.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RS



6. ANEXOS

- Processo nº 01304.001.024/2023-0008.